

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL

A comunidade rural. As instituições e agências.

Da análise da estrutura física e demográfica de uma comunidade temos de passar à análise de suas instituições e agências. As 3 instituições básicas de qualquer sociedade são: a família, a igreja e a escola. É através dessas instituições que a personalidade humana se forma. Distinguimos instituições de agências. As instituições são formas de comportamento social que adquirem através dos tempos uma certa permanência e que se revestem de importância fundamental para a sociedade. Ao passo que uma agência é uma organização temporária que visa prestar determinados serviços, com finalidade específica. Há três instituições básicas - a família, a igreja e a escola. São instituições seculares, milenares. Sabemos que existem de uma forma ou de outra em toda sociedade humana, mesmo as mais primitivas. Procuram atender a necessidades fundamentais da natureza humana, e é nelas que se forma a personalidade. Conforme predomina uma ou outra instituição numa dada sociedade esta reveste uma fisionomia diferente.

No Brasil predominou a família, como instituição básica. Sua evolução histórica é das mais interessantes. Os que conhecem a colonização portuguesa no Brasil sabem a influência que teve na nossa formação a quase ausência de mulheres nos primeiros anos da conquista. Os portugueses vinham ao Brasil, não como colonizadores, mas como ocupantes da terra que exploravam. O que houve no Brasil foi mais ocupação do que povoamento. Nos Estados Unidos e no Canadá os colonizadores trouxeram mulheres, formaram famílias, e estas imediatamente ocuparam a terra, se radicaram, implantando uma civilização. O Brasil, ao contrário, foi ocupado por homens que desejavam enriquecer o mais rapidamente possível e voltar à sua terra de origem. O primeiro homem que percebeu esta falha foi o Padre Nóbrega. Este em suas cartas a Portugal reclamava mulheres que pudessem se casar com os colonos, e dizia isso em termos enérgicos e claros. Não havendo mulheres brancas em número suficiente, os portugueses procuraram primeiro as índias e depois as escravas africanas. Essas uniões mais ou menos precárias não podiam substituir a família. Isso nos explica porque traços fundamentais da cultura portuguesa não conseguiram atravessar o Atlântico. Porque há formas e tradições que passam de geração em geração através da família. É nesta que se conservam técnicas, crenças, costumes de vida, receitas, tudo, enfim, que se chama a cultura. A escravidão agiu em seguida, como fator de deformação da família, unida à monocultura. Aconteceu, assim, que só os homens de posses podiam se dar ao luxo de ter terra e de manter família. O grupo familiar, entre nós, como a propriedade da terra, passou a ser um atributo de classe, o que é ainda hoje. Por outro lado, a família assumiu funções que não tem em nenhum país do mundo. Além de sua função natural de assegurar a reprodução da espécie, a família, no Brasil, enfeixa grande soma de poder. A educação, por exemplo, que em outros pa

países é função da escola, ainda no Brasil de hoje, é, em grande parte, realizada através da família. A maior parte da população brasileira recebe formação educativa através da família por meio de exemplo e do ensinamento oral. A escola ainda desempenha entre nós, papel secundário. Ora, se por um lado a família é uma organização estável, é um grupo social que integra o indivíduo, por outro lado é conservadora e rotineira. A rotina na agricultura brasileira em grande parte se explica pelo papel preponderante que a família representa na transmissão das técnicas agrícolas. A escola primária, a secundária, a agrícola, a profissional têm papel ainda muito secundário na formação do nosso povo. Isso concorre para manter a rotina agrícola, o atraso profissional, porque a família é por excelência o veículo secular desses conhecimentos. Outra função da família brasileira é a recreação. Principalmente, nas grandes fazendas em regiões onde não chega o cinema, onde não existe um campo de esportes, os jogos e os ~~serões~~, são feitos em famílias. É também ela que exerce funções de previdência, de ajuda mútua, de proteção aos velhos. O próprio conceito da família, no Brasil, tem sentido muito diferente do que tem nos Estados Unidos e na Europa. É muito mais amplo; abrange pais, filhos, irmãos, tios, primos e agregados, é a família romana, quase um clã.

A família desempenha ainda função política. No período colonial cresceu mais que o Estado e passou a controlar o poder político. A vida dos municípios em grande parte do Brasil é controlada por famílias ou grupos de famílias. Daí o aparecimento de tipos sociais que só se explicam dentro do "familismo" brasileiro - o compadre e o afilhado. O padrinho é uma potência. Encaminha o afilhado desde o berço até a maturidade. Por sua vez, o afilhado presta-lhe serviços. Estabelece-se assim uma troca de favores entre o padrinho e afilhado. Esta relação gera o filhotismo político. Os indivíduos são escolhidos para os cargos não em função de sua capacidade e aptidões, mas em função das relações que possuem. Esta função do compadre, do padrinho ainda exerce influência considerável na nossa vida partidária.

A função religiosa também foi exercida pela família. A religião no Brasil, se concentra não em torno da igreja, da paróquia, mas em torno da família. Isso parece, à primeira vista, um benefício, mas, devido ao isolamento e ao escasso número de sacerdotes, o culto ficou à mercê das influências fetichistas e tornou-se uma espécie de rito social, ficou uma espécie de ritual doméstico. A pessoa vai à Igreja como quem comemora um aniversário. Perdeu-se a noção da prática religiosa, e o povo apegou-se às exterioridades do culto que passaram a ser uma espécie de sucedâneo da fé.

Estamos assim, diante de um fato aparentemente paradoxal. A família, como instituição não se difundiu em todas as camadas de população. Mas, exatamente, por ter se tornado um atributo de classe, vêm a ser poderosíssima, incorporando funções de outros grupos sociais.

Desenvolveu-se, ainda no Brasil uma forma de ligação que é o ajuntamento, amaziamento, amigamento. Para grande parte da população rural é esta a forma preferencial de constituir família. O sociólogo pernambucano René Ribeiro que estudou o assunto, chegou à conclusão de que o principal motivo do amaziamento é puramente utilitário. Os soldados da força pública de Reci-

Recife, por êle pesquisados, revelavam que se amigavam para ter quem cuidasse deles. Seja como fôr, a principal consequência dessas uniões marginais é o número elevado de nascimentos ilegítimos, o que concorre a aumentar a instabilidade social de nossa população.

A família, tanto no meio rural como no urbano, classifica o indivíduo, dá-lhe posição social. O nome da família é um fator poderoso no sucesso individual. Decide da carreira, dos cargos que êle venha a ocupar.

Quanto à educação, a escola não é fator imprescindível nem sistema educacional. Muitas sociedades se formaram e desenvolveram sem a escola. Educação não é correlata de escolaridade. Entendemos por educação a transmissão de um patrimônio cultural. É claro que ela pode se fazer por vários processos: pela imitação, pela sugestão, pelo exemplo, de forma oral ou escrita. Mas desde que a palavra civilização passou a se associar com o ensino da leitura, da escrita e da aritmética, a escola ganhou em importância e veio a constituir uma instituição preferencial para a transmissão da cultura. Sua finalidade é, em primeiro lugar, transmitir uma série de conhecimentos essenciais à vida, e algumas técnicas básicas necessárias ao cidadão: ler, escrever, contar. Vivemos numa civilização que se baseia sobre a palavra escrita. No meio rural brasileiro, onde preponderam os analfabetos, o que encontramos é uma sociedade que se baseia na palavra falada. A escola tende a substituir essa transmissão oral, pela escrita. Outra finalidade da escola é cultivar no indivíduo desejos e necessidades, capazes de levá-lo a uma vida melhor e produzir uma personalidade mais equilibrada. Não basta à escola ensinar a ler, escrever, contar; é preciso dar aos alunos novas formas de comportamento. A grande falha da escola brasileira é não incutir no aluno as atitudes favoráveis à continuidade da educação. Não lhe dá a consciência de que a educação não termina na porta da escola nem se limita ao b, a, bá. Daí os casos de analfabetismo regressivo, tão frequentes no interior. O indivíduo recebeu a técnica, mas não percebeu como aplicá-la. Esqueceu-a, regrediu ao nível anterior. A terceira finalidade de um sistema educacional adequado é formar o homem para a vida na comunidade, para viver de a cõrdo com os problemas da região onde êle nasceu ou onde êle mora. A escola, como tôda instituição social não vive isolada no espaço, depende da estrutura econômica e social da região.

O analfabetismo é apenas um dos aspectos do problema educacional brasileiro. Outros são:

a) A deficiência de escolas. Em 1940 havia no país 42.000 escolas e cêrca de 3.000.000 de crianças em idade escolar o que representa uma média de 78 meninos por escola. Isso está longe de representar uma situação ideal. Entre 1940 e 1950 construíram-se muitas escolas, mas é duvidoso que tenham acompanhado o ritmo de crescimento da população escolar brasileira. Em 1947, a população em idade escolar já era de 4.200.000 crianças.

b) A deficiência de professoras é problema ainda mais grave. O número de professoras normalistas é insignificante se o compararmos com o de professores leigos. Já é estranho que o

desprestígio social da profissão tenha feito com que se tornasse uma profissão feminina. Acresce a isto que o treino das professoras rurais brasileiras ainda deixa muito a desejar.

c) A diferença entre a matrícula e a frequência é impressionante. Muito mais é a diferença, tanto numa como noutra, à medida que se caminha da primeira para a última série da escola. Essa defecção nos últimos anos é um grave sintoma do fracasso da escola rural. A causa, às vezes, é o trabalho agrícola. A organização do nosso programa de ensino, não prevê a época da colheita, ou a do plantio, não prevê que o nível de vida no meio agrícola vai depender em grande parte da ajuda dos meninos na propriedade rural. A idade para iniciar a criança no trabalho agrícola varia enormemente para as diversas regiões brasileiras e os diversos tipos de cultura. A criança começa a trabalhar em idade inyerosímil. Esta criança torna-se, por conseguinte, uma coisa tão indispensável para os pais quanto uma máquina agrícola. Ninguém percebe que as férias na zona rural devem ser durante a vacância dos trabalhos agrícolas.

Há um outro aspecto muito interessante na educação brasileira. Tíhamos em 40 cêrca de 2.000 escolas para atender ao ensino secundário e superior, e 438 apenas para o ensino superior. Isto representa o fracasso do Brasil em formar a sua elite, que se constitui pela difusão da instrução secundária e superior. Dessas escolas, distribuídas em 400 municípios, saíram apenas... 30.000 estudantes.

A situação é de enorme gravidade quando pensamos que não temos ainda técnicos em número suficiente para nossas necessidades.

---

/da.

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCACAO RURAL

A COMUNIDADE RURAL BRASILEIRA - A ESTRUTURA FISICA - O GRUPO DE LOCALIDADE E AS VIZINHANÇAS

Damos importância ao problema da Comunidade como chave de nosso curso e como ponto inicial de estudo porque a comunidade constitui, em primeiro lugar, o menor grupo humano autônomo.

Tôda sociedade se divide em grupos, a partir dos grupos primários onde se forma a sua personalidade que é a família, e o grupo de recreio, passando depois à escola, ao grupo profissional e aos grupos de vizinhança, chegando à comunidade urbana ou rural e depois à sociedade maior que é o estado ou nação da qual a comunidade faz parte.

A comunidade está na linha divisória entre os grupos primários e os secundários. O tipo de relação humana que caracteriza o Estado é o impessoalismo e o anonimato. Para o Estado o indivíduo é anônimo - é um habitante, é um eleitor ou contribuinte, ao passo que, dentro da comunidade se revela sua característica de pessoa. Daí verificamos que quase tôdas as grandes crises que abalam o mundo moderno e a civilização ocidental, têm, como ponto de partida, a comunidade.

A família é um grupo que apesar de tôda a sua importância, não consegue vida autônoma. Depende, em primeiro lugar, da vizinhança, em que está localizada. Os vizinhos, por sua vez, dependem da comunidade onde as vizinhanças estão inseridas.

Nas épocas de crise as comunidades rurais ou urbanas sofrem um processo de desintegração, nada mais existe para proteger a pessoa humana; esta se vê desamparada, desligada de seus grupos. Daí a importância da organização da comunidade, que nada mais significa que a luta pela preservação do homem, a luta pelos direitos da pessoa humana contra a mecanização e a burocratização que avassalam o mundo moderno.

Por isso colocamos a comunidade como ponto de partida de todo trabalho de organização social. Tôda a grande crise nacional, crise social ou econômica, tem seu início e seu desfêcho no núcleo comunitário. No caso brasileiro, por exemplo, o movimento migratório do campo para as cidades é a repercussão de um processo de desintegração que começa nas comunidades rurais e acaba no Rio de Janeiro.

No Brasil a palavra comunidade soa estranha. Não existe na linguagem comum. Há, nesse termo, certa ambiguidade que é preciso esclarecer. A comunidade é um fato, existe na geografia, na organização social, mas é também de certo modo um ideal a atingir. Num país como os Estados Unidos ou na Europa é um fato histórico, um fato social. Se perguntarmos a um camponês da Europa ou da América o que é uma comunidade, ele entende o que queremos dizer.

No caso do Brasil, não, porque o que existe em nossa realidade geográfica ou social é o grupo de localidade que assume na linguagem popular vários nomes como povoado, lugarejo, vila, estação, etc.. Essa ambiguidade da palavra, êsse divórcio entre o fato e a idéia procede do tipo de ocupação de terras no Brasil. A ocupação do solo na Europa, em Portugal, se caracteriza pela existência da aldêia, isto é, um agregado de casas e vizinhos mais a zona rural que o rodêia, onde êstes vizinhos têm suas plantações, cultivos de diversos tipos.

A ocupação no Brasil foi, ao contrário, um tipo de ocupação dispersa. Encontramo-la também na Europa, mas o que predomina e deu origem à civilização européia, foi a aldêia e não a propriedade isolada como é o caso brasileiro. As fazendas do Estado do Rio e Minas, as estâncias do Rio Grande do Sul e os engenhos do Nordeste, tôdas as formas da grande propriedade constituíram o tipo de ocupação da terra por excelência em nosso país. Entre nós existe a comunidade em sentido europeu, mas apenas como exceção. É o que verificamos nas colônias européias do sul do país. O que mais se aproxima da paisagem européia, entre nós, são as colônias do vale do Itajaí.

Como forma de convivência humana a comunidade é também um ideal a ser atingido. Seu primeiro característico é o número de habitantes. É evidente que um dos característicos da comunidade é ser em escala humana. A caracterização de um núcleo humano, porém, não pode ser puramente quantitativa, deve ser qualitativa. Assim, no caso da diferen

diferenciação entre a população rural e a urbana.

Há hoje, em sociologia, uma tendência para classificarmos a sociedade rural do ponto de vista dos processos psicológicos.

Estamos abandonando o simples critério da estrutura física e tomando como ponto de partida os processos psico-sociais. Assim, definiremos comunidade, em primeiro lugar, como grupo humano localizado numa determinada área geográfica. A classe social, por exemplo, é um grupo humano importantíssimo, mas não se localiza numa área geográfica. Mas isso não basta, a área geográfica é, apenas, uma característica da comunidade. Faz parte da essência do termo. Em segundo lugar, é a conciência que têm seus habitantes de pertencerem àquêle agregado humano. Essa consciência comum produz um consenso de opinião. Quer dizer que a quêle grupo não só se julga atado por determinados laços de amizade e simpatia mas pode ser motivo para atingir um ideal comum.

Quando os homens se sentem ameaçados pelo flagelo da seca por exemplo, quando se reúnem em tôrno da cultura de determinada planta, ou ainda de certo tipo de cultivo há interêsses comuns que realmente derivam não só da área geográfica como das atividades econômicas em que trabalham todos os membros da comunidade. Só podemos definir comunidade lançando mão de 3 ou 4 fatores. Um grupo humano, numa área geográfica, movido por interêsses econômicos comuns, possuindo uma consciência de grupo e um consenso de opinião.

Encontramos vários tipos de comunidades, cada um com a sua fisionomia própria. As comunidades agrícolas, por sua vez, variam conforme o tipo de cultivo.

Há comunidades especializadas, as comunidades de mineiros, por exemplo. São as mais difíceis de trabalhar e organizar, pois são deformadas por esta caracterização econômica. Para organizar uma comunidade precisamos saber qual é o modo de vida de seus habitantes, qual sua ocupação. De que vivem e como ganham o dinheiro para seu sustento. Muitas vezes quando se trata de uma organização especializada, quando todo o grupo se dedica exclusivamente à mesma ocupação surgem graves problemas sociais.

O problema da comunidade no Brasil está ligado ao da pequena propriedade familiar. A pequena propriedade sempre foi marginal na nossa história. É preciso ter em vista que o Brasil sempre foi um

um país que precisou vender matéria prima em troca de bens de consumo. Sempre precisou produzir mercadorias que fossem compráveis, que tivessem alto preço no estrangeiro. Primeiro foi o açúcar, depois o café, depois a borracha, etc. Este tipo de economia não podia gerar a ocupação do solo em pequenas propriedades. Daí a ausência de comunidades, no sentido europeu e norte-americano. Isso não quer dizer que não existam. Ao contrário, entre nós, a comunidade tende a se identificar com o município. O Município, se transforma em comunidade ou melhor, numa combinação da zona rural e da zona urbana.

As vizinhanças, as sedes de distrito, as localidades ou povoados não se bastam a si mesmas para os seus serviços essenciais. A educação, a recreação, assistência médica, religiosa, etc., tudo isso vem sendo cada vez mais baseada na sede urbana; são as funções da sede urbana. Há por exemplo outra característica da comunidade rural brasileira. Primeiro a importância que assume o grupo de vizinhança. Devido às distâncias ao isolamento dos grupos humanos, o grupo de vizinhança tem uma importância muito grande. No deserto os homens têm a tendência a se agrupar. É uma reação natural de defesa.

A vizinhança desempenha papel muito mais importante do que em outros países onde os núcleos de vizinhos é que tendem a se transformar em comunidades. Nas cidades, como no campo, os homens se agremem em grupos de vizinhança quando movidos por vários fatores: troca de serviços, receitas, o uso do telefone, troca de remédios, empréstimos, etc.

A Igreja é no Brasil um fator poderoso de formação de grupos de localidade. Em torno das capelas vão se agrupando famílias, casas, grupos de vizinhos que podem transformar-se em comunidades. Muitas comunidades brasileiras tiveram sua origem nos chamados patrimônios. O patrimônio é a doação de um terreno que geralmente faziam os fazendeiros ou proprietários ricos para que se construíssem uma igreja.

As vizinhanças tendem, ainda, a se organizar em torno de um centro nascido, às vezes em torno de uma capela, de uma estação de estrada de ferro, de uma bomba de gasolina, como também acontece nos Estados Unidos. As feiras também podem dar origem à formação de grupos de vizinhança que evoluem em cidades. (Sorocaba, Feira de Sant'Ana, etc.).

Sant'Ana, etc.).

Muitas vêzes d-se o nome de comunidade a um patronato de menores, a um quartel, a uma fábrica, a uma fazenda. Isto  errado, por que a característica fundamental da comunidade  a participao livre no bem comum. Essa participao pode se tornar mais e mais consciente.  a tarefa do assistente social de grupo, do planejador, do organizador de comunidade estimular essa participao.

As relaes entre a sede urbana e a zona rural que a rodeia são, das mais complexas. Os habitantes da zona rural procuram a sede como centro religioso, para se abastecerem do necessário, para fins recreativos.

Hoje, a fazenda já não  a do tempo colonial cujos proprietários são vinham  cidade para buscar sal, pólvora e chumbo. Mas ainda hoje, em muitas regiões do Brasil, a cidade fica vazia durante a semana e aos sábados e domingos  invadida pelo povo da zona rural, dando uma impressão de vida intensa. Os casamentos, em geral, são feitos na sede, e aos sábados, como os batizados e os enterros. A concentrao de serviços na sede do município, quando êste  extenso nem sempre traz resultados satisfatórios. Hoje já se pensa em descentraliz-los numa base distrital.

Embora haja uma tendência para a comunidade se identificar com o município, nem sempre seus limites coincidem. A comunidade pode ser menor que o município. Pode haver em um município 2 comunidades, cada uma com seu centro próprio.

Galpin, sociólogo rural americano, inventou um meio fácil de identificar os limites reais da comunidade. Uniu as diversas agências da comunidade (escolas, bancos, jornal, igrejas, armazéns, etc.) aos lugares de residência dos seus clientes e freqüentadores. Projetadas num mapa essas relaes nos dão os limites reais da comunidade que, muitas vêzes, transborda e outras refoge dos limites administrativos.

1201

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE  
CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL

A LIDERANÇA E SEU PAPEL

O problema central da educação de base no Brasil, o problema do próprio Brasil, é descobrir e formar seus líderes de base. O líder é o traço de ligação entre as elites e a massa. É pelo líder que essas massas vão se estruturando em grupos harmoniosos cujo encadeamento forma o que se chama um povo. A principal tarefa da missão, se não quiser tornar-se inteiramente assistencial e paternalista, é achar e formar os líderes da comunidade. É através dos líderes que se levantará o nível e o padrão de vida da população rural. Nenhuma comunidade será eficazmente recuperada a não ser pelos seus líderes.

Há dois tipos principais de líder, o institucional ou oficial e o natural ou espontâneo. Os primeiros são os que zelam pela preservação das instituições e das agências; são líderes em função do cargo que ocupam. Ex: o juiz, o prefeito, o delegado, etc. Nem sempre, porém, representa a comunidade ou têm qualidades reais de liderança. O líder natural, muitas vezes, não tem consciência da liderança que exerce. Sua principal característica é a faculdade que tem de ser seguido, de ser imitado, de ser consultado. Não temos em português uma palavra para significar líder. Exatamente porque nossa estrutura social é anti-democrática. E o líder é uma instituição da comunidade, mas da comunidade democrática. É este tipo humano que temos que procurar formar no nosso trabalho. Ele é um fenômeno natural. Não podemos fabricar líderes. A capacidade de liderar é uma qualidade humana fundamental. No entanto, o líder pode ser descoberto e a liderança pode ser criada desde que se criem oportunidades para ele. Há técnicas muito simples que o organizador de comunidade usa para descobrir e formar o líder. Uma técnica habitual é a visita. É uma forma adequada, simples e despretenciosa de des

cobrir o líder e transmitir-lhe idéias novas. É interessante encontrá-lo, numa visita sem formalidades porque êle se torna receptivo para aquêle que o visita. Outra maneira de suscitar liderança é formar grupos de estudo. O grupo de estudo não deve reunir mais de seis pessoas e deve partir de dados concretos, concentrando-se num problema de interêsse comum. Na sua organização e orientação devem ser observadas as normas de debate. É importante que haja certa liberdade combinada com uma direção firme. O fóro de debates, o seminário, o congresso são mais espetaculares. O grupo de trabalho difere do grupo de estudo por buscar soluções concretas e fins práticos. Destina-se à ação, à aplicação prática. Discutir problemas de sanitarismo ou higiene; reunir as agências sociais para debater o problema de delinquência ou o da criança abandonada. Isto é um grupo de estudo. Para que funcione tem que seguir certas normas. É preciso, por exemplo, que se dê uma oportunidade a todos de falar, é preciso que cada um exprima seu pensamento. O organizador deve interferir para pôr ordem na discussão, para corrigir êrros de fato, para informar. Deve vir preparado e conhecer bastante o problema antes de iniciar a discussão. O grupo de estudo pode se transformar num grupo de trabalho. Este pode surgir para resolver uma crise. Por exemplo, há um problema de adubo numa comunidade. Alguns fazendeiros se reúnem e debatem o problema, o tipo de adubo mais próprio, o preço do mesmo, procedência, etc. O organizador de comunidade deve lançar mão de todos os recursos publicitários, deve aproveitar todos os meios de comunicação a seu alcance para provocar o debate de certos problemas e o aparecimento de líderes. O rádio e o jornal da comunidade devem entrar no programa da missão.

A fase final do trabalho é a criação de uma comissão que promova a solução do problema, ou coordene as instituições especializadas na sua solução. A coordenação é muito importante. O coordenador deve ter um certo tato, deve saber a resposta que dará a cada um dos componentes do conselho, e principalmente não deve querer criar o conselho antes do tempo. Há experiências de comunidade que estão se deteriorando devido à pressa de seus componentes em

criar conselhos de comunidade. Depois de criados a falta de maturidade dos seus membros fará com que se desviem da missão. Desaparece o conselho e o problema cultural permanece, porque não foi criado o clima necessário a dar a esse conselho a noção de sua responsabilidade.

Outra técnica é a cooperativa. Esta é uma das técnicas mais valiosas de organização de comunidade porque busca resolver o problema econômico. Onde há uma cooperativa o trabalho do organizador e planejador é muito facilitado. Um dos objetivos da missão rural deve ser a criação de cooperativas de qualquer tipo. Há cooperativas de saúde, de consumo, de estudo, de ensino, de divulgação de material didático, etc. Muita gente descrê das cooperativas e acham que não funcionam. Mas só não funcionam devido à falta de liderança: é um círculo vicioso. A primeira tarefa é criar formas de convivência. Muita gente deposita no cooperativismo esperanças messiânicas. As cooperativas funcionam na medida em que seus membros estejam ou sejam preparados para concretizar suas finalidades. É preciso, portanto, criar uma mentalidade cooperativista.

São estes os pontos técnicos de criação de liderança e organização de comunidade. Organização de comunidade não se ensina, se faz, se pratica. O organizador deve estar vigilante consigo mesmo, deve procurar aperfeiçoar suas técnicas usando-as com rigor. Quanto mais praticá-las, mais passará a conhecê-las. Há algumas experiências que merecem ser conhecidas. Uma criação de liderança que reformou um país a partir dos alicerces foi a experiência realizada na Dinamarca por um homem chamado Frederico Gruntdvig, ministro protestante, que reformou seu país pela escola. Criou um tipo de escola que chamam de - folk school -, escola popular. Através da escola procurou despertar na Dinamarca o amor pelo povo, pela sua história e pela sua literatura. Rapazes e moças capazes de transmitir conhecimentos oralmente, dispensando o livro como intermediário, percorriam as casas e aldeias da Dinamarca. Relatavam fatos, declamavam poesias e contavam episódios da história dinamarquesa, interpretando-a como uma luta pelo progresso. Procurou atingir na história dinamarquesa o que havia de mais

vital, mais humano. Sôbre a literatura e a história lançou um movimento de recuperação econômica, através de cooperativas. Este movimento tornou-se muito conhecido na Europa. Diversos países enviaram agentes para ver como tinha sido criado. Grande foi a surpresa de um técnico inglês que encontrou a cooperativa como resultado e não como causa; a matriz da cooperativa era a escola. Outro grande líder foi o Padre Tompkins do Canadá que recuperou as populações costeiras da Nova Escócia fundando um tipo de universidade para o povo chamada S. Francisco Xavier. Este padre se tornou conhecido pela sua fé no povo. O que se pode constatar de pronto examinando alguns de seus trabalhos era sua fé na capacidade de recuperação daqueles homens. É isso que necessita, antes de qualquer técnica, o organizador de comunidade.

349.142

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE  
CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL

TIPOS DE LÍDER

Líderes institucionais: são os que em função do seu cargo tem prestígio social (cargo institucional: prefeito, fazendeiro, etc., sua função é manter a ordem e a integridade da comunidade)

Os agregados humanos só podem receber o nome de comunidade quando possuem líderes. Os líderes institucionais não bastam para o trabalho da comunidade,

Líderes situacionais: são os líderes criados pelas crises, pelas situações. Qualquer organizador que tenha conhecimento de um problema de comunidade, nada fará por si como substituto do líder da comunidade. Ele precisa do líder situacional que está no local vivendo a crise como povo da comunidade.

Líder ditatorial é comum sob a forma de "coronel", do "chefe político", prefeitos de certas cidades do interior, etc., (ver os Corumbás). A liderança não é uma técnica, mas uma arte. O líder já é um condutor natural e espontâneo dos homens. Tem uma visão das necessidades e um desejo de melhoria da comunidade.

Como exemplo de trabalho de liderança notável já realizado apresenta-se o TVA (Tenesser Valley Authority); Este trabalho foi iniciado diante do problema de inundações, enchentes e secas de três grandes cidades dos Estados Unidos.

enchentes	controle de rios
seca	por meio de diques
erosão	e açudes.

Chegaram ao problema da distribuição da energia elétrica. Criaram cooperativas de energia. Haviam chegado a esta região e encontrado maleitosos e tipos de agricultura que causavam a erosão. Atacaram simultaneamente o problema da malária, o programa agrícola e o problema da escola (não havia escolas). Traçaram o programa da malária em cinco fases, numa base comunitária. Trataram de outros problemas da saúde, da economia e da educação. Desenvolveram um plano de apreciação e compressão sobre responsabilidades da comunidade, encorajando a consulta técnica para resolver estes problemas e provocando a preocupação por solucioná-los. Melhoraram as atitudes da comunidade e sua

compreensão em face dos efeitos da malária. Depois passaram a traçar os projetos: 1º despertar o interesse dos alunos nas escolas sôbre larvas, malária.

- 2º Desenvolver, no público, o senso da responsabilidade e da cooperação.
- 3º Encorajar a escola e à comunidade a planejar.
- 4º Usar o problema "malária" como trampolim para difusão do trabalho da melhoria.
- 5º Melhorar a atitude da comunidade em relação à malária.

#### PROJETO

- 1º distribuir às crianças histórias sôbre a doença.
- 2º fiscalização nos distritos, do aumento de mosquitos.
- 3º difundir telas, rede de arame, etc., para cada região.
- 4º melhorar o equipamento agrícola nas fazendas a fim de melhorar as condições do sólo.
- 5º melhorar o equipamento escolar.
- 6º pesquisa sôbre a habitação.

O líder escolhido para êste projeto foi David Lilienthal. Roosevelt deu-lhe poderes excepcionais semelhantes a de um Chefe de Estado. Partindo de um problema meramente físico, acabou planejando e executando na comunidade atividades para uma vida melhor.

Outro tipo de líder é o dinamarquês Frederic Grundtvig, que revolucionou a história da Dinamarca através da escola, principalmente da escola rural. Viveu de 1783 a 1882. Era um simples mestre-escola. Compreendeu que a experiência escrita não era suficiente, e resolveu adotar também a oral. A companhia a criança através do teatro, troupes, etc, e através dêsse instrumento conseguiu que a criança se interessasse pelo líder. Criou na Dinamarca o espírito da comunidade. Organizou cooperativas. A Dinamarca é o país onde o espírito cooperativista está mais desenvolvido. Levava a estas escolas rurais trou pes de estudos, levando às crianças a representação de trechos da história dinamarquês. Explorava principalmente a imaginação no aprendizado, levando as crianças a improvisação artística de cenas vitais e vividas.

Outro líder foi Padre Tompkins da Universidade de São Francisco nos Estados Unidos. Preocupou-se com o nível de vida dos pescadores da Nova Escócia. Pensou primeiro em trazer os filhos destes pescadores à escola. Fundou uma Universidade para êstes meninos e observou que os meninos depois dos estudos não queriam voltar as suas terras - queriam ser doutores. Pensou então em franquiar a Universidade só para os pescadores, prendendo-os as suas terras. Começou então, em pequenos grupos, com a difusão de técnicas avançadas à pesca, meio de proporcionar abundância de pesca. Foi ensinando estas cousas entre outras de sentido educacional, econômico, etc. Conseguiu levantar o nível de vida desses pescadores. A Universidade de São Francisco Xavier em Nova Escócia é o centro mais proeminente, do mundo, na formação de líderes pescadores. Publica folhetos, livros, etc. sobre a maneira de educar o povo. O problema do líder é estar, como se vê, muito ligado às condições da comunidade.

#### PLANEJAMENTO DE UMA COMUNIDADE AMERICANA

Reunião de pessoas interessadas na elaboração do plano:

- 1º Conservar a melhoria do solo, adubos, distribuição de sementes, terraciamento de uma área mínima (50 acres). Um objetivo para melhoria do sólo.
- 2º Escolha do líder F... para a tarefa.
- 3º Recomendação de uso do trevo para a forragem. Escolha de um líder para essa tarefa.
- 4º Milho híbrido e reprodutores. Escolha do líder para êste trabalho.

#### Contrôle social do líder

Poder de que o líder dispõe na atividade social.

O líder tem a seu alcance instrumentos especiais.

Técnicas de propaganda, por exemplo a **propaganda** é o instrumento dos ditadores mas pode também ser arma das democracias se os líderes empregarem-na bem. Neste caso deverão estar equipados com meios para anular a ação destes grupos de interesse: exploradores, usuários, etc. Êstes grupos lançam mão, em geral, dos políticos para sua ação. O conhecimento dessas forças sociais é um grande passo para a civilização moderna; elas permitem a máquina moderna e outras descobertas que modificam a vida humana. Contra os efeitos da má propaganda devemos opor a propaganda de uma boa causa.

### Técnicas de Propaganda

- 1º De um denominação: dar nome a determinado fato que tenha polarizado a opinião pública, com influência benéfica ou maléfica. Exemplo: o daquele que deseja reforma agrária sem comunismo. Rotular certos tipos que dão como tipos do campo inimigo, desprestigiando a idéia.
- 2º De generalização: generalizando determinados predicados e atributos que não nos pertencem. Vemos isto com frequência nos anúncios comerciais. São qualidades não possuídas, mas accitas. Exemplo: Nos problemas de desintegração familiar fazer propaganda da influência da televisão na unificação da família.
- 3º Do testemunho: O fato de certo produto ser usado e recomendado por tal pessoa de importância ou popular, etc.
- 4º De popularidade: propalar que a coisa é ligada ao povo, que é democrática. Vê-se isto nos slogans da propaganda comercial: "todo o mundo usa este produto"
- 5º "Marcar as cartas": mostrar só um lado do problema - o que interessa. Esconder os direitos da coisa. A propaganda força esta parcialidade. Vê-se isto em propaganda comercial, discursos políticos, etc. deformando a ação da corrente oposta.
- 6º De totalização: vivemos num mundo extremamente sensível ao número e pouco sensível à qualidade. "Tantos milhões de pessoas usam isto ou aquilo".

### Técnicas democráticas de ação social

- 1º A visita. Pode ser uma técnica de ação social. Foi usada como técnica por uma entidade que revolucionou a assistência. Sociedade de São Vicente de Paulo. A visita tem a finalidade reminiscente das relações de contatos de tempos atrás, sendo agora feitas em sentido especializado para o trabalho social. O interessado estabelece primeiro um contacto pessoal com o visado para conseguir compreensão mútua, convencimento sobre as pessoas para aceitar o fim planejado em conjunto. Há também visitas de políticos, propagandistas, etc.
- 2º Grupo de Estudos. Para que o grupo funcione é preciso que haja certas normas especiais, como discussões, reuniões, etc. Os grupos de estudos são voluntários, ou covindados. Procuram estabelecer laços com os habitantes da comunidade. As conclusões dos estranhos num debate podem ser errôneas, daí a necessidade de

atrair elementos da comunidade conhecedores ou líderes no assunto. É preciso associar estas pessoas ao estudo objetivo do problema. O coordenador que deve sempre existir nestes grupos, deve saber conduzir a discussão para que o debate tenha êxito.

3º Grupos de Trabalho. Sua finalidade é associar a comunidade à cooperação. Depois de levantar os problemas em fóco, seguir-se-á a ação para resolvê-los em conjunto. O que assegura a eficiência desses grupos é a ordem nas discussões, no planejamento e na realização. Fazer com que as reuniões sejam regulares (uma vez por semana), convido que estas reuniões sejam feitas com alguma sociabilidade (servir aperitivos), etc.

4º Inventários, roteiros, classificadores. O roteiro é uma elaboração de certo número de problemas determinando um programa ou planejamento. O inventário é mais completo. Se descobrirmos por êle todos os problemas de uma região. É conveniente elaborar um pequeno questionário para cada setor (administrativo, agrário, escolar, etc.).

Classificador é instrumento de medida. Não tem a precisão de medidas físicas para as instituições sociais. Classificam dentro de uma área obras da mesma espécie em termos de comparação. Exemplo: ver a melhor e a pior e classificar dentro de um critério, o que leva a grupo de trabalho a ter uma visão do que deve fazer e realizar. Podemos atribuir certo número de pontos a cada tipo de ação. Fazendo comparação dos resultados entre uns e outros num quadro de atividades homogêneas. Essas medidas devem ser debatidas e calculadas com os técnicos e líderes sociais. Por elas avaliaremos a marcha do trabalho programado. Os classificadores dão a comunidade o senso da crise ou das falhas locais.

#### Técnicas de publicidade

Não podemos modificar uma instituição ou uma comunidade sem colocar à disposição dos líderes, material escrito publicitário. Nos Estados Unidos costumam fazer fichários de líderes e estes usam um distintivo (uma águia), com os quais se exibem nos congressos ou festas. Em qualquer movimento educacional ou social, as autoridades se articulam com os líderes distribuindo remédios, publicações, etc., sendo estas muito simples, com desenhos ilustrativos. As Faculdades ou Universida-

des de agricultura costumam distribuir folhetos aos cidadãos , adultos e crianças, baseando-se no assunto em vista.

### Outras Técnicas

Apresentação oral de um problema. Pode ser feita das seguintes maneiras:

a) discurso (sisteme speech) Nos Estados Unidos êstes discursos duram 15 minutos no máximo. Devem ser curtos e objetivos. O speech foi o segredo do Pe. Thompkins.

b) Fórum. O indivíduo expõe determinado problema e é interrogado.

c) Grupo de discussão ou círculo de estudos. Uma pessoa expõe o assunto e todos opinam.

d) Demonstrações, excursões e exposições. Demonstração de ação ou atividades já experimentadas com êxito, com o fim de melhorar o nível do trabalho. Exposições são realizadas com a presença de produtos ou gráficos. Excursões com alunos com fim recreativo ou educativo. Utilização das organizações sociais existentes. Clubes exportivos, recreativos, de estudos, grêmios.

É de vantagem integrar essas organizações em conselhos consultativos coordenando atividades em diversos campos sociais de uma comunidade.

### O QUE É UMA EQUIPE

Os centros podem ser compostos de centros locais e regionais e também de centros especializados. Um centro local corresponde a uma aglomeração de seus bairros, e de suas localidades suburbanas. Um centro regional corresponde a uma cidade comercial ou industrial com tôdas as localidades que da mesma dependam. Um centro de uma grande região corresponde a diversos departamentos. Um centro especializado se propõe a fazer desaparecer tal ou qual grupo de problemas propostos pela economia , saúde, educação, etc. visando empreendimentos para uma ação em conjunto sôbre o meio ou sôbre tal ou qual grupo social.

Êstes centros não são às vezes sinão centros de estudos; procura-se aí conhecer as teses de economia, etc., a partir de publicações especializadas como livros, revistas, etc. Outros são centros de ação. Procura-se promover diretamente o progresso humano.

No primeiro caso trata-se de um círculo de estudos análogo a tantos outros e portanto com objetivo preciso. No se-

gundo caso trata-se de uma equipe de eficiência. Pode-se sempre começar pelo centro de estudos, porém em ciências sociais o estudo sem observação e sem coordenação é cheio de perigos, tarda a fracassar. É preciso então preferir a realização de centros de ação. Nenhuma equipe perdurará se ela não fôr animada por um "ferimento" de convictos, que estejam a par dos princípios sociais, bem empregados também do espírito de cooperação. Geralmente, a participação em qualquer seção desses centros é necessária por parte de todos os membros. Para um centro regional a participação à uma série de sessões de 4 semanas. Outrosim é preciso haver cuidadoso conhecimento dos trabalhos fundamentais em assuntos sociais já publicados.

A equipe é muito maior que o "ferimento". Ela se compõe de personagens absolutamente decididos a instaurar o bem comum, portanto a estudar as condições de estruturação e a por em prática os meios apropriados, as pessoas competentes em um setor ou vários setores ou as que desejam cooperar.

Os equipantes não serão obrigatoriamente do mesmo credo; o essencial é que queiram, com sinceridade o progresso humano e que se comprometam a analisar a realidade para focalizar as necessidades.

A análise das necessidades humanas se faz em duas fases: a) descoberta da aproximativa global dos problemas apresentados por determinado grupo.

b) estudo minucioso de tal ou qual conjunto de necessidade.

A primeira fase compreende:

- 1 - Confronto de relações estabelecidas por personalidades ou comissões.
- 2 - Uma sindicância rápida segundo o método indicado "Eficiência Política" (a melhor pesquisa deste tipo que foi feita até hoje, foi executada pelo Abade Quoist sobre três cantões populares de Rouen-Centre. Publicada parcialmente no número 2 de "Idéias e Forças" franc.)
- 3 - Um diagnóstico sobre a situação das necessidades, formulando se possível com a ajuda dos especialistas da equipe central depois destas duas operações. O 2º tempo é constituído simultaneamente do prosseguimento da análise nos setores onde aparece as mais graves deficiências e a sucessão progressiva cada vez mais rigorosa da ação. Há interesse em utilizar fontes ou departamentos que tenham trabalhos especializados sobre o assunto: (Estatística, Instituto Histórico e Geográfico, etc.).

A análise, a boa elaboração do estudo e sua interpretação exigem geralmente a ajuda de especialistas. Uma equipe decidida não tardará a perceber a necessidade de um coordenador permanente. Convém pensar, que êsses especialistas não vivem de ar. Tudo isto presuppõe o problema dinheiro. Sobretudo não convém contar com a equipe central, necessitada de um mínimo de recursos indispensáveis.

De duas cousas uma: os membros da equipe serão "mordidos" e tem fibra achando os meios de financiar seu centro; ou ainda, êles serão frouxos e sem valor e o esforço se dispensará. Nenhuma equipe subsistirá sem a vocação de seus membros, pela causa da melhoria humana.

Independentemente da contribuição dos membros da equipe é possível obter muitas vezes o apôio de subscritores ou de contratos de análise com coletividades públicas, sindicais ou semi-públicas. Em certos casos a equipe se divide: certo número de membros efetua trabalho remunerado na comunidade e outros trabalham desinteressadamente: voluntários.

É bem sabido que a equipe se dissolverá rapidamente se o "fermento" não foi alimentado por uma forte espiritualidade.

37975

MINISTERIO DA EDUCACAO E SAUDE

A COMUNIDADE RURAL. ECOLOGIA E DEMOGRAFIA

(Dr. José Arthur Rios)

A primeira coisa a observar numa comunidade rural é a sua implantação na paisagem, é sua situação ecológica. A ecologia é uma espécie de ciência híbrida entre a geografia e a sociologia e seu papel é o estudo das relações entre o homem e o meio, a adaptação do homem ao meio. Quando se fala em área ecológica duma comunidade, queremos dizer com isso a maneira como a comunidade se situa no espaço geográfico a fim de prover suas necessidades. A competição, que também se exerce entre os grupos humanos, pelo melhor lugar é que faz com que as comunidades rurais ocupem certa posição no mapa de acôrdo com seus problemas e suas necessidades. A situação no sentido geográfico e ecológico é o resultado dos processos de adaptação e escolha. Esses processos são a maioria das vezes involuntários e inconscientes.

Os grupos humanos procuram se colocar em condições de acesso fácil aos recursos naturais. É evidente que esta aptidão do grupo a explorar certos recursos, certas fontes de matéria prima e energia, provoca uma disposição espacial que aparece nos mapas. O problema da região portanto, é o que aparece à primeira vista, quando estudamos a comunidade, rural ou urbana. A região é uma zona homogênea que se caracteriza pela identidade de fatores climáticos, geológicos, geográficos e às vezes culturais. A região é geográfica, mas pode ser também cultural e, então se caracteriza pelo emprêgo das mesmas práticas, por uma uniformidade de crenças, idéias e técnicas. As regiões culturais brasileiras ainda não estão delimitadas tão nitidamente quanto as regiões geográficas. Será um estudo interessante a se fazer no Brasil a delimitação das regiões culturais partindo dos centros culturais originários que são São Paulo, Bahia, Recife e Rio, e procurar ver até onde estas zonas se estenderam.

Assim os limites da área cultural paulista, propagada pelas bandeiras, supera de muito as fronteiras do atual Estado. O Paraná que foi em parte povoado por paulistas e teve uma cultura paulista, recebe agora o influxo gaúcho. Seria curioso saber o número de técnicas, de formas de expressão ou modos de falar que passaram

da população gaúcha à paranaense. Tudo isso são traços que revelam a presença de uma área cultural.

O estudo sociológico da região deve começar pelo tipo de povoamento. Há dois tipos principais; o agrupado e o disperso. Já vimos que no Brasil predomina o segundo em virtude de fatores que atuaram na nossa formação. Dentro desses tipos, porém, há diversas modalidades de povoamento ou ocupação, conforme os lotes se agrupam num fundo de vale, à beira de um rio, ao longo de uma estrada, na crista de um espigão, etc. Os rios que, em muitas regiões constituíam a principal via de acesso, influenciaram bastante nos tipos brasileiros de povoamento.

No caso das grandes propriedades do interior, quando ha via engenhos movidos a fôrça hidráulica, procurava-se o rio. Tôdas as fazendas procuravam ter a frente voltada para o rio. Isso cons tituia padrão de riqueza para o proprietário. Ficou a tradição que, muitas vezes, passou a dar resultados desastrosos. A procura da água pelo pequeno proprietário, colono ou sitiante, torna os lotes extensos, cria grandes dificuldades ao seu cultivo, e deter mina a ruína do agricultor.

Estes lotes não permitem ao proprietário se deslocar em tôdas as direções para cultivá-los e o resultado é que a fôrça de trabalho de que êle dispõe já não chega para cobrir tôda a exten são da propriedade. Começa, então, a usar formas extensivas de ex ploração e a propriedade passa a sofrer verdadeira desintegração econômica a qual é sucedida pelo abandono e o êxodo.

Todos os tipos de povoamento têm grande importância pa ra o sociólogo e também para o colonizador, que os aplica nos seus planos de colonização. Muitas experiências de colonização fracas saram pela má disposição dos lotes de terra. A situação dos lotes com relação uns aos outros e até a posição das casas em cada lote decide muitas vezes do destino da colônia.

Há duas coisas importantes, quando falamos em tipo de povoamento: primeiro é a disposição dos lotes na área estudada de pois é a disposição dos prédios na propriedade. Na fazenda, por exemplo, a relação entre as casas dos agregados ou colonos e a casa do proprietário. É muito interessante constatar que a dispo sição das casas dos colonos na fazenda paulista vem ainda do tem

po da escravidão. Essa disposição é bastante significativa: o colono apareceu apenas como substituição do braço escravo, era a princípio tratado como escravo.

O tipo de povoamento linear é o que encontramos nas margens de estrada, ou de um rio. Para facilidade de acesso os lotes de terra se colocam ao lado uns dos outros. Esse tipo favorece as relações de vizinhança, as trocas de serviços, a coesão grupal e a facilidade de escoamento através da via de comunicação. Quando, porém, os lotes se estendem muito sôbre o comprido acontece o que já vimos.

É essencial para compreender a vida da comunidade rural apreender as relações sucessivas que se estabelecem entre a família no lote ou na fazenda, o grupo de vizinhança, o povoado com o qual êle se comunica, a séde do município e o mercado consumidor ao qual se prendem. É importante saber até que ponto cada um desses grupos se basta a sí mesmo, até que ponto depende do escalão seguinte para obtenção de gêneros ou serviços. É a teia econômica que nos vai revelar a interdependência entre a propriedade rural e os grandes mercados internacionais, entre a população rural e a população urbana.

Esse estudo revela que êsses centros urbanos são grandes centros de consumo aos quais o meio rural fornece matéria prima e produtos alimentares ao passo que êstes centros lhe fornecem bens de consumo, bens manufaturados que as propriedades rurais não podem produzir.

Os estudos demográficos não descem ao grupo de localidade. Vão quando muito ao distrito, a menor unidade política coberta pelo censo. Temos de nos contentar com êssa aproximação que nem sempre é satisfatória. O conhecimento da estrutura demográfica de uma área é capital. Depois da região, cumpre-nos conhecer a população. Para isso recorreremos à demografia, ciência que se dedica à análise das estruturas e processos da população. Esta ciência tem tido nos últimos anos considerável desenvolvimento, e, tem se revelado um dos ramos mais fecundos das ciências sociais. É um dos setores dessas ciências onde impera o número e onde podemos medir exatamente relações humanas. Graças à demografia passamos a conhecer muitas coisas do agregado humano que nos passariam des

percebidas se partíssemos apenas do indivíduo. Trás-nos os fenômenos da massa, o aspecto quantitativo da vida dos grupos. A demografia estuda os dois aspectos de uma população: o aspecto estático, no qual analisa a composição da população, quer dizer, como se apresenta segundo a raça, a residência, a idade, o sexo, a religião, a profissão, etc. É a população observada num determinado momento de sua história. É o aspecto dinâmico, no qual procuramos estudar os processos vitais, (natalidade, nupcialidade, mortalidade), e a mobilidade, isto é, os problemas de migração, de movimento de populações num dado território. Técnicas demográficas como a pirâmide de idade e sexo, os números índices, etc. revelam a estrutura vital da comunidade, os seus problemas de base, a maneira como sua população está se reproduzindo ou definhando. A pirâmide de idade, por exemplo, revela duas coisas muito importantes: os processos vitais, e as migrações. O que nós verificamos, nas pirâmides brasileiras, é a tremenda mortalidade, principalmente nas idades de 0 a 10 e de 10 a 20 anos. São as chamadas pirâmides coloniais em que aparece uma grande natalidade unida a uma grande mortalidade. A nossa economia ainda colonial se projeta nas pirâmides. A mortalidade brasileira é menor na cidade que no campo devido à concentração de serviços médicos na zona urbana. Para que esta situação se modifique, para que salvemos mais vidas, precisamos desenvolver o trabalho educativo no campo porque só êsse conseguirá salvar a grande porcentagem da população infantil brasileira que se perde todo o ano.

Devemos ter interesse em colher dados estatísticos sobre o município e procurar compará-los com os do Estado e do país. Para isso, há serviços que devemos visitar: o posto do I.B.G.E., os cartórios, os postos de saúde, as casas da lavoura, etc. Para os dados relativos a nascimentos, casamentos ou mortes nem sempre o cartório é suficiente. Tratando-se de municípios com grande porcentagem de população rural, o cartório não basta. O registro ainda é para o homem do campo uma coisa muito complicada, muito tediosa. Devemos consultar a Paróquia. Se compararmos o registro de nascimento da paróquia com o registro do cartório, iremos sempre encontrar uma enorme diferença. O homem que não vai procurar o cartório, para registrar o filho quando nasce vai à igreja para

batizá-lo. A coletoria é outra fonte preciosa de informações, como a Prefeitura e a agência do Banco local. Sòmente quando conhecermos a situação demográfica e econômica do município estaremos em condições de agir sôbre êle, sôbre a opinião pública. Uma comunidade nos respeitará mais se tivermos fatos concretos para mostrar-lhe do que se chegarmos e tentarmos convencê-la com bonitas palavras sôbre as vantagens da educação, da higiene, etc. Muitos organizadores de comunidade se queixam da apatia, da indiferença da comunidade pelos seus trabalhos. Caminham para ela apenas com promessas e discussões. Isso não basta. É preciso despertar o senso de responsabilidade da população e dos seus líderes mostrando-lhes a gravidade dos problemas.

A mortalidade infantil, por exemplo, é um bom ponto de partida para criar, na comunidade, a consciência de crise. Um país é civilizado na medida em que preserva a vida das crianças. O cuidado, a assistência, a preocupação pela vida das crianças é um traço de civilização.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE  
CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL

O IMIGRANTE E O PROBLEMA DA TERRA

Prof. José Artur Rios

Os objetivos de uma política imigratória não devem ser precisamente aumentar a população do país, ou encher os vazios demográficos. Quem lhe assinalar tais diretrizes estará pensando em termos megalomânicos, estará acalentando em seu subconsciente sonhos de imperialismo ou dominação. Ou, pondo o carro adiante dos bois, querendo o efeito antes da causa. Crescimento demográfico deve ser função da riqueza, e não vice-versa. Que o Brasil venha a ter a densidade dos Estados Unidos ou a do Canadá, mas que sua população desfrute o alto padrão de vida de ambos.

Errôneo é também, a nosso ver, o ponto de vista dos que pensam no imigrante como um braço, destacando abusivamente um pedaço do corpo humano que, em geral, só funciona acompanhado de outras partes. Esta corrente é muito forte e repercute em todos os órgãos da opinião pública. A ela se filiam todos os que vêem no imigrante um fator do aumento de produção, equiparando-o, portanto, à máquina ou ao adubo. Pensam assim os que, contaminados de certo economismo predominante em várias esferas do pensamento moderno, subordinam os destinos de um povo ao jogo inelutável das forças econômicas.

Se nos detivemos em expor essas concepções do imigrante foi para melhor esclarecer nossa posição e tornar mais preciso tudo o que se segue. Conceber o imigrante como reprodutor ou como braço implica - clara ou implicitamente - a sua proletarização. O imigrante é uma pessoa humana e, como tal, não pode ser simplificado. Ouvindo às vezes certos propugnadores da

imigração, dir-se-ia que o país, pelo fato de necessitar de imigrantes, se acha automaticamente no dever de explorá-los o mais possível. Para êles, a chegada de uma leva de "displaced persons" - é mais uma oportunidade de engrandecer a nação à custa desse material humano que bate às portas pedindo hospitalidade.

Se quisermos elevar o nível cultural do país, se aspirarmos ao seu engrandecimento qualitativo e não quantitativo, se quisermos formar um povo de homens livres e não simples massa de proletários trabalhando para minorias privilegiadas, pensamos que a política imigratória deve tomar outros rumos. Sobre tudo no que diz respeito à imigração dirigida de agricultores. A condição de homem livre está ligada à propriedade. Esta é uma projeção natural da pessoa humana que nela se completa. Sem a propriedade o homem se torna instável e inseguro, característicos fundamentais do proletário. "Quem não tem propriedade, escreveu Belloc, está submetido à servidão econômica do que tem a propriedade, seja o possuidor desta outro indivíduo ou o Estado"

Ora, é pela propriedade que o imigrante realiza suas nupcias com a pátria adotiva. Quanto mais tempo se adiar esse consórcio, e suas conseqüências econômicas, sociais e jurídicas, quer por meio de uma legislação restritiva, quer através de barreiras de outra espécie, mais lento e penoso se tornará o processo de assimilação. Isto que é verdade para qualquer tipo de imigrante, deve ser acentuado sobretudo no caso do agricultor. A esperança de melhoria econômica é um dos móveis permanentes da história das migrações. No século XIX, os Estados Unidos puderam aproveitar-se de uma poderosa corrente imigratória pelas facilidades de ascensão social que proporcionavam ao imigrante. Se a vida rural americana pôde enriquecer-se com a contribuição trazida por finlandeses, noruegueses, dinamarqueses, holandeses, tchecos, portugueses, suecos e flamengos, foi, entre outros fatores, porque aos representantes destas nacionalidades foi fácil integrar-se na agricultura americana através da posse da terra. Pelos motivos exatamente opostos, não pôde o Brasil, na mesma época, canalizar para seu território a massa formidável dos emigrantes europeus. Este fato foi sobejamente reconhecido por autoridades em imigração que escreveram ao tempo em que se veri

verificavam êsses deslocamentos humanos para o continente americano.<sup>1</sup>

Sustentamos que não será possível ao Brasil elaborar uma política imigratória sem uma correlata política de terras. Por política de terras endendemos um sistema jurídico que dê ao imigrante o acesso à propriedade da terra no mais breve espaço de tempo. Por certo, não é êsse o único requisito de um regime de terras, mas é, sem dúvida, o mais importante. Não se compreende que o imigrante, em busca de oportunidades econômicas pouco frequentes no Velho Mundo, seja constrangido a desempenhar o papel de braço na monocultura latifundiária, descendo ao nível do nosso proletário rural, quando o ideal seria exatamente criar, através do imigrante, um fator de levantamento do padrão de vida das nossas populações do interior.

Esclareça-se, em tempo, que não desejamos extinguir, de uma penada, o latifúndio, nem queremos agarrar o imigrante e forçá-lo a ser proprietário. É preciso que se deixe ao imigrante até mesmo a liberdade de ser assalariado, colono ou foreiro, caso não tenha capacidade para gerir êle próprio um estabelecimento agrícola e na hipótese de vir "sponte sua" para o Brasil então, cabe-nos apenas facilitar a sua adaptação ao país. Tratando-se, porém, da imigração dirigida é um dever encaminhar o ádvena à posse da terra, pois não se compreende que o tomemos nos portos de embarque, que lhe paguemos a passagem, para abandoná-lo no primeiro pôrto de chegada.

Colonização e imigração têm de ser o verso e o reverso da mesma moeda. A seleção e o transporte do imigrante têm de ser completados por um serviço eficiente de distribuição e localização. No caso do agricultor, esta deve ser feita dando ao imigrante glebas que possa chamar suas, embora estas se integrem por necessidade de topografia ou do tipo de cultivo, numa grande exploração. Só assim êle poderá desempenhar seu formidável papel de transmissor de novos padrões culturais ao habitante do campo.

Ao analisar a situação de nossas populações rurais é preciso abandonar certas idéias "progressistas" e certos complexos de superioridade mal encobertos em planos de "reformas" que visam o homem do campo. A própria oposição entre a mentalidade

mentalidade urbana e a rural já mostra que estamos ante dois sistemas culturais. Não se pode reformar arbitrariamente um sistema cultural, conjunto multissecular de crenças e práticas que foram transmitidas de geração em geração. Os antropólogos já demonstraram que é impossível modificar êsses sistemas da noite para o dia sem sérias conseqüências para a personalidade que neles participam. A cultura é uma realidade que resiste às nossas tentativas ingênuas de intervencionismo. E resiste porque funciona, porque é eficiente, porque supre satisfatoriamente às necessidades do indivíduo.

A cultura cabocla - para usarmos a expressão de um sociólogo, - não pode ser "reformada". O que podemos fazer é uma enxertia cultural, isto é, expor seus membros a traços materiais e imateriais de outra cultura, para que, através dos mecanismos do contacto, da imitação, do intercâmbio, haja uma fertilização recíproca. A fixação de imigrantes em núcleos homogêneos, a multiplicação dêsses núcleos, focos de disseminação de idéias e práticas novas, lentamente, orgânicamente, realizaria êsse objetivo. O imigrante é um agente formidável de transmissão cultural, mas seu efeito será contraproducente, se permitirmos que se dissolva entre as populações do interior. Neste caso, a ação do meio físico e social encontrando o indivíduo desligado do seu grupo enfraquecido pela falta de contactos, conseguirá reduzi-lo ao nível dêsse proletariado rural que pretendemos suprimir. Em vez de transmitir práticas agrícolas capazes de sustar o crescente empobrecimento do nosso solo, de combater a erosão, o imigrante vira matuto, como aconteceu em Santa Catarina, e no Espírito Santo com os primeiros colonos alemães, exemplo típico de desintegração cultural.

O objetivo de uma política imigratória no Brasil, - a mudança cultural provocada,<sup>2</sup> - só pode ser efetuada pela fixação do imigrante e esta tem de se fazer em comunidades que gozem da posse plena da terra e que possam agir pelo exemplo sôbre as populações circunvizinhas modificando-lhes os hábitos culturais rotineiros. A maneira como está se processando a imigração dirigida facilita a criação dessas comunidades, pois os imigrantes têm vindo, não isoladamente, mas em famílias. Será imprudente e

e até mesmo criminoso deixar que essas famílias se dispersem numa grande cidade ou se isolem nas brenhas. Será como lançar num areal sementes escolhidas a capricho.

A ausência de um sistema de terras e de um programa generoso de colonização explica, entre outros fatores, muitos malogros de que está cheia a história da imigração no Brasil. O clima, a escravidão, a intolerância religiosa, a falta de comunicações não são fatos que se desprezem. Além disso, porém, o latifúndio e a mentalidade a que deu origem, entre as classes responsáveis do país, entraram com um coeficiente nada desprezível. Basta olhar a profunda diferença entre a colonização de São Paulo e a dos outros estados do Sul. Em São Paulo, escreve Rubens Borba de Moraes, "foram a repressão ao tráfico e o consequente encarecimento do escravo que estimularam a imigração." Não houve colonização, mas importação de braços. Não se procurou, no princípio, colonizar, mas substituir o braço escravo pelo imigrante. Mais tarde, depois do 13 de maio, quando já estava enraizada a cultura do café em grandes fazendas, não se cuidou de colonizar, mas de "fornecer braços à lavoura"... Na maior parte dos estados do Sul, a colonização se fez pelo trabalho livre, sem o precedente da escravatura, em pequenos lotes pagos, em construção de estradas ou em espécie, onde se desenvolveu a policultura e onde, aos poucos, sem transição súbita, vai se formando uma próspera indústria rural. Contraste-se isso com o proletariado rural paulista sem raízes na terra<sup>3</sup>.

Esta situação se explica historicamente. Em São Paulo, a colonização esbarrou no latifúndio cafeeiro e, no restante do país, não conseguiu vencer a oposição dos proprietários de terras. No século passado, havia quem acreditasse na fragmentação em pouco tempo, da fazenda de café. Handelmann, por exemplo, achava otimisticamente que a cultura do café seguiria o exemplo do Haiti, dando lugar em breves anos, à pequena propriedade. Isso veio realmente se dar, mas só depois da crise de 1929. A esperar por tal transição, que demorou perto de cem anos, nenhum dos colonos poderia presenciá-la. Quanto à doação de terras a imigrantes, dentro do sistema da monocultura latifundiária, não se cogitava disso. O próprio senador Nicolau

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que iniciara a importação de trabalhadores europeus na sua fazenda de Ibicaba, em 1847, levantou-se, anos mais tarde, no Senado, a fim de atacar o programa das doações, sob a alegação, hoje tantas vezes repetida, - de prejudicar aos nacionais.<sup>4</sup>

Visando preservar o sistema econômico de exploração da terra que alimentava sua classe, Vergueiro desenvolveu em sua fazenda o famoso sistema da parceria que seria imitado e difundido por todo o estado. As colônias de parceria, na opinião de Vergueiro, seriam formas transitórias que preparariam o imigrante à posse plena da terra. Não cabe no plano do nosso trabalho uma discussão do sistema de parceria que sempre encontrou defensores e opositores acérrimos. Não negamos que tivesse produzido resultados em diversas regiões do globo. Seria, na opinião de Sérgio Buarque de Holanda, "uma espécie de conciliação entre o regime dos serviços assalariados, como se pratica em geral nas fazendas, e o das pequenas propriedades, peculiar aos núcleos coloniais".<sup>5</sup>

O que é indiscutível, e a mesma autoridade o reconhece, é que o sistema não produziu os benefícios esperados. Após a rebelião dos colonos de Ibicaba, encabeçada por Tomás Davatz, o sistema deu lugar ao pagamento de jornais aos trabalhadores, ou de um salário mensal fixo, - isto é, formas de contrato de trabalho que não encaminhavam o imigrante à posse da terra. Nada mais concludente do que a afirmação de José Vergueiro, em memorial redigido em 1874, trinta anos, portanto, após, a implantação da parceria, sobre a má vontade com que os colonos trabalhavam, procurando tirar todo o proveito para si, já que não tinham esperança de poder considerar algum dia como sua a terra que cultivavam.

São inúmeros os depoimentos de estrangeiros sobre a resistência que os proprietários de terras opunham à imigração. Van Delden Laërne, que visitou o Brasil de 1883 a 1884, colheu, de sua palestra com fazendeiros, a seguinte impressão: "Não querem colonos livres mas trabalhadores, - instrumento de trabalho (em português no original) - para beneficiar suas propriedades".<sup>6</sup> Que poderiam fazer os partidários da imigração livre,

que poderia fazer uma Sociedade Internacional de Imigração animada pelo idealismo de Tavares Bastos, se a classe mais poderosa do país bloqueava sistematicamente seus esforços?

Em 1867, o ministro Zacarias resolveu pagar as despesas de viagem de imigrantes da Europa ao Rio de Janeiro. Para esse fim, expediram-se instruções aos cônsules brasileiros nos portos europeus. Em 1868, porém, subia ao poder o gabinete Itaboraí que, imediatamente cancelou aquelas instruções.

Em 1876, encorajou-se o alemão Gruber a trazer 5000 colonos para Santa Catarina e o Paraná. Ao chegarem, porém, a situação política havia mudado e o novo gabinete recusou-se a ratificar o acordo. Os imigrantes dirigiram-se assim mesmo a seu destino e lá chegando receberam terras de qualidade inferior. Tiveram de regressar à Europa, ou emigrarem para a América do Norte e a Argentina. Gruber apressou-se a escrever para a Hungria dissuadindo 30 000 emigrantes de sua projetada vinda para o Brasil.

Tais fatos obrigaram diversos países europeus a proibir a emigração para o Brasil. Essa foi a origem, por exemplo, do rescripto Heydt de 1859. Entretanto, o documento mais contundente contra a política imigratória do Império foi dado à luz em 1875 pelo governo inglês, alertando os súditos de S.M. contra os prejuízos que acarretaria sua emigração, caso viessem para o Brasil. "Em 1872 e 1873, relatava o citado documento, diversos grupos de emigrantes, em número aproximadamente de 1000 pessoas, dirigiram-se do Reino Unido para o Brasil "sob a condição de receberem terra em termos favoráveis" e auxílio no seu cultivo até que se bastassem a si mesmos, e na expectativa de que realizariam a primeira colheita ao fim de seis meses. Estas promessas e esperanças não se realizaram. "Os emigrantes não obtiveram a terra" houve um surto de doença, muitos morreram e os que tiveram força para tanto, regressaram à capital, a fim de obter assistência do representante de S.M. Muitas viúvas e filhos de emigrantes que faleceram foram repatriados outros foram removidos para lugares diferentes e o representante britânico, ainda está ocupado em tentar obter do governo do Brasil auxílio para os que restam. As narrativas desses emigrantes sobre sua situação atual mostram que sofreram grandes privações e que se acham muito longe de ter melhorado sua condição emigrando para o Brasil"7. Mais tarde, em 1902, era o governo italiano que proibi

proibia a emigração para o Brasil.

É curioso assinalar que inúmeras autoridades e membros do govêrno não deixavam de reconhecer a impossibilidade de integrar o imigrante na terra sem o sistema agrário existente. Moreira de Barros, ministro de Estrangeiros no gabinete Sinimbu, afirmava: "A colonização européia se pode dar aqui de uma única forma: é que os imigrantes desta procedência se estabeleçam em propriedades suas e trabalhem por própria conta". Reconheciam isso, mas nada faziam para modificar o regime de terras do país.

A lei de terras de 1850 que podia ter iniciado uma nova era para o Brasil nunca foi aplicada, simplesmente porque jamais se executou uma providência básica que condicionava sua execução: o tombamento das terras devolutas, sua demarcação e registro. A mesma oposição encontrada pelos abolicionistas era a que tinham de enfrentar todos os que sonhavam a substituição do latifúndio pela pequena propriedade. Escrevendo trinta anos depois da promulgação da lei e da sua regulamentação, Laërne, um dos estrangeiros mais lúcidos que nos visitaram, autorizado por exaustivo estudo das condições sociais e econômicas do país, mostrava-se cético quanto à extinção do latifúndio, único obstáculo à colonização do Brasil, na sua categórica afirmação.

O latifundiário no Brasil tudo fêz para impedir a abolição e tudo continua a fazer para impedir a colonização. Perdeu a primeira fase da batalha, mas a segunda? Flagrante da mentalidade dos latifundiários do Império se encontra na pena de um dos seus vultos mais representativos, o barão de Pati do Alferes. Sustentava que a abundância de escravos e a vastidão do terreno a cultivar afugentavam o trabalhador assalariado das tarefas do campo. "Vê-se, por experiência própria, dizia êle, que um colono, a quem vamos a bordo de um barco pagar a passagem, mal se sujeita a indenizar seu amo, retirando-se ou evadindo-se, muitas vêzes sem ter cumprido seu contrato, mas por que? Por achar êle quem muitas vêzes gratuitamente lhe oferte um pedaço de terra para trabalhar por sua conta ou o inquiete com esperança de maior ganho, mediante menos afanoso trabalho".

trabalho". Ora, qual é a conclusão que o bom barão tira dêsse fato perfeitamente legítimo? Nada menos que a necessidade de continuar usando o trabalho escravo. "Nestes termos, vê-se a necessidade de continuar-se com êste cancro, cujo preço atual não está em harmonia com a renda que dêle se pode tirar<sup>8</sup>..."

Os fazendeiros subordinavam o imigrante ao destino da grande lavoura cafeeira, à qual, por sua vez, ligavam a sorte do país. Por êsse processo, que invertia os termos humanos da questão, nunca se poderia resolver o problema. O imigrante, dentro do sistema do latifúndio, só podia permanecer como braço, como proletário, jamais como proprietário livre. Chocava-se contra dois obstáculos, um econômico, outro psicológico. O primeiro residia nos altos salários que se pagavam ao trabalhador livre e que arruinariam o fazendeiro. O segundo era a mentalidade paternalista do latifundiário, acostumado a considerar o escravo como parte de sua família, sôbre o qual, portanto, podia exercer o direito de recompensa ou de castigo. Essa tradição escravagista foi um fator constante de perturbação entre o proprietário de terras e o trabalhador livre, ao qual repugnava essa sujeição, essa constante interferência do patrão nos seus negócios particulares.

A "fome de braços" dos fazendeiros nacionais, se prende à tentativa abortada da imigração de chineses como coolies para o Brasil, por volta de 1870. É edificante ler os debates sôbre o assunto no parlamento da época. O ministro Moreira de Barros achava que não havia outro meio de resolver a situação, já que a imigração européia era de vantagem problemática para a grande lavoura (sic). Por sua vez, seus adversários só viam um perigo na idéia: o de mongolizar o Brasil. O fato é ilustrativo. Portugêses, chineses, alemães ou nacionais, os latifundiários não os compreendiam senão dentro do sistema reinante. A imigração seria utilizada como instrumento de dominação de uma classe, não como construtora da grandeza nacional. "Os fazendeiros querem trabalhadores no país, não gentlemen" - resume o amargo Andrew Mc Collam que nos visitou em 1866, fugindo ao domínio dos nortistas vitoriosos no sul dos Estados Unidos.<sup>9</sup>

A República não conseguiu dar ao Brasil um sistema de terras que efetuassem a transição do latifúndio para a pequena propriedade. Todas as tentativas, com exceção de iniciativas estaduais, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, não passaram do papel. Nem a Abolição, nem a República conseguiram extirpar a mentalidade latifundiária cuja vitória em nossos dias está comprovada pelo alto índice de concentração da propriedade da terra aparente no último recenseamento. É esse mesmo espírito que transparece ainda hoje em certos próceres da lavoura paulista, como o Sr. Cincinato Braga, que critica a política da União por encaminhar imigrantes para outros estados que fornecem lotes de terras gratuitos aos imigrantes, deixando a lavoura paulista sem braços.<sup>10</sup>

Em 1820, o inglês James Henderson escrevia: "É uma grande desgraça para o Brasil estarem extensões enormes de territórios nas mãos de proprietários que não possuem bastante fortuna nem mesmo para poderem cultivar a centésima parte delas e que, não obstante, se agarram tenazmente à sua propriedade na esperança de que ao contínuo desenvolvimento do país, a mesma se valorize cada dia mais". Em 1850, a situação era a mesma e, hoje, cerca de cento e trinta anos mais tarde, não parece ter mudado. Henderson criticava os donos de terras por não quererem desfazer-se de parte das mesmas, a não ser por aforamento, ou onerando-as de toda sorte de condições que tornavam pouco remunerativo o seu cultivo. E não é isso que vemos em nossos dias, não nos sertões de Goiás, mas a poucos quilômetros do Rio, nessa Baixada Fluminense, onde o governo inverteu somas colossais em obras de saneamento para que a terra permanecesse nas mãos de privilegiados que a usam para fins de especulação?<sup>11</sup>

Desde o começo do século passado, espíritos ilustres sentiram que o destino da imigração no Brasil estava prêso à extinção do latifúndio e a uma política radical de terras. José Bonifácio, por exemplo, em tanta coisa um precursor, apoiou decididamente a pequena propriedade. Recomendou o parcelamento da terra e seu aproveitamento principalmente na vizinhança das grandes povoações, onde se acharia sempre um mercado certo,

certo, pronto e proveitoso.

Aureliano Cândido de Tavares Bastos, - o solitário Tavares Bastos, - escrevia, em 1867: "Um dos maiores obstáculos à imigração espontânea é serem possuídas pelos grandes proprietários vastas extensões das melhores terras, das terras vizinhas dos mercados e das estradas".<sup>12</sup> Espírito liberal e humanista, apontava o exemplo dos Estados Unidos e clamava por uma lei que desse ao imigrante a segurança do homestead.

É lamentável que essa corrente liberal não tivesse preponderado em nossa política imigratória. É lamentável que não tenhamos ainda uma lei de terras à altura das necessidades do país. Que se procure localizar o imigrante em regiões remotas onde seus esforços terão forçosamente de malograr-se quando há, perto dos centros povoados, terras inaproveitadas. Que se mande buscar imigrante na Europa sem lhe reservar lotes, em núcleos agrícolas, onde possa dar a justa medida de sua capacidade no cultivo da terra. Que se faça da parceria a regra quando, mesmo acautelada por leis que protegessem o interêsse de ambas as partes, devia ser uma exceção.

Julgamos, portanto, à luz da experiência imigratória brasileira, que uma colonização em larga escala só poderá processar-se tomando como base os seguintes fatores:

- 1) A colonização em comunidades rurais planejadas de acordo com as técnicas recentemente aplicadas com grande êxito nos Estados Unidos, sobretudo na Tennessee Valley Authority.
- 2) Essas comunidades deverão ser constituídas por agricultores que possuam a terra em forma de pequenas propriedades, entendendo por isso, o mínimo indispensável ao sustento de uma família.
- 3) Essas comunidades devem organizar-se economicamente em cooperativas, de modo a poderem enfrentar a concorrência das grandes propriedades no mercado interno e obter o equipamento e a assistência técnica de que necessitam.
- 4) A propriedade da terra, nas comunidades rurais, deve ser garantida por um sistema moderno e seguro de demarcação e tombamento a fim de evitar litígios e arbitrariedades, a e-

exemplo do que se faz nos Estados Unidos e na Austrália.

5) É indispensável o levantamento das terras públicas dos estados e a sua venda, em leilões periódicos a um preço mínimo que esteja ao alcance não só do imigrante, como do pequeno agricultor nacional.

Esses serão os traços gerais de um sistema realista de colonização. Sem êle, o Brasil permanecerá vegetando em formas mais ou menos disfarçadas de colonialismo, sem a estabilidade econômica que lhe daria a formação de um mercado interno e a estabilidade política que lhe proporcionaria uma classe média com fundas raízes na terra. Da nossa generosidade, do nosso sentimento de solidariedade humana dependem a sua execução e o nosso destino de povo.

NOTA - Tese apresentada pelo autor na Conferência de Goiânia, à qual compareceu como representante da Fundação Getúlio Vargas. Extraída da Revista de Imigração e Colonização - Ano XI - Nº 1 - 1º Semestre de 1950.

- 1 - V. por exemplo, A Legoyt, L'Emigration Européenne, Paris, Guillaumin, 1861 pp. XXXV-XLII e 121-23 e 125-32. p. 23.
- 2 - Emílio Willems, O Problema Rural Brasileiro do Ponto de Vista Antropológico, Secretaria de Agricultura, São Paulo, 1944. p. 23.
- 3 - Rubens Borba de Moraes, prefácio às Memórias de um Colono no Brasil, de Tomás Davatz, Livraria Martins, São Paulo, 1941, p. 1. Lourival Câmara, Estrangeiros em Santa Catarina, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1948, pp. 12-16.
- 4 - Henrique Handelmann, História do Brasil, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Imprensa Nacional, 1932, p. 984.
- 5 - Sérgio Buarque de Holanda, prefácio do tradutor às memórias de Davatz, p. 20. Ver também Jules Duval, Histoire de l'Emigration Européenne, Asiatique, et Africaine au XIX<sup>e</sup> Siècle, Paris, Guillaumin, 1862, p. 265.
- 6 - C.F. Van Delden Laërne, Brazil and Java, London, W.H. Al

Allen, 1885, p. 131.

- 7 - O documento citado vem em Van Delden Laërne, op. cit., p. 137. Os grifos são nossos.
- 8 - Barão de Pati do Alferes, "Memórias sôbre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro", Rio, Laemmert, 1863, pp., 37-38.
- 9 - Andrew Mc Collan, cópia datilografada do diário manuscrito, existente nos arquivos da Universidade Estadual da Luisiana, Baton Rouge, La., Estados Unidos.
- 10 - Cincinato Braga, "Problemas Brasileiros", 3a. edição, José Olímpio, 1948, p. 32.
- 11 - A citação de Henderson vem em Handelmann, op. cit., p. 985.
- 12 - A. C. Tavares Bastos, "Memória sôbre imigração", in "Males do Presente e Esperanças do Futuro", São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1939, p. 87.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL

CONSTITUIR AS COMUNIDADES TERRITORIAIS DE BASE

A liberação do homem não se pode realizar simplesmente a través de uma liberação econômica. É necessário uma revolução geral de instituições; essa revolução exige a reconstituição das unidades territoriais de base, verdadeiras células políticas.

I - Refazer o homem total

1 - A sociedade atual, que separa a vida do homem em partes, e a empresa que quer considerar o homem integral partem, ambas, de concepções falsas.

- a) É, evidentemente, uma facilidade não ter a considerar se não uma parte do homem; na empresa, ao funcionário; no comércio ao freguês; na igreja ao paroquiano, etc., o que está totalmente contra a natureza;
- b) é uma falsa solução a de ensaiar a reconstituição do homem total no seio da empresa, tomando-o completamente a seu cargo, graças a uma soma de serviços anexos, lazeres, cultura, medicina, educação, abastecimento, habitação, etc. e, com mais forte razão, a vida espiritual. A condição profissional do homem, não pode, sem graves riscos, estar ligada totalmente a êsses suplementos extraprofissionais (lazer, cultura, saúde, etc.);
- c) Se não se quiser "cortar o homem em peda

pedaços", e se não se quiser chegar a um totalitarismo, é necessário promover a criação de autênticas cidades o que supõe ou implica na organização de um conjunto de atividades sôbre um determinado território.

2 - As tentativas comunitárias devem se estender a um determinado local:

- a) do contrário, elas terão muitas oportunidades de caminharem para a derrocada. Tem havido comunidades de trabalho que fracassaram por que não tiveram o apôio espiritual; missões de bairro que vegetam por que se feriram contra as estruturas econômicas incompatíveis com seu esforço; ensaios pedagógicos que se perderam em uma sociedade de famílias dispersas e amorfas, etc., etc.;
- b) essas tentativas não terão ação eficaz quando essa ação fôr parcial porque é junto aos indivíduos conscientes, educados, bem alojados e nutridos que é preciso fazer algo; e não junto a homens alojados e nutridos, mas inconscientes; ou conscientes e educados e não liberais, etc., etc.;

3 - É preciso então atingir uma sociedade de novo tipo:

- a) em que a relação de base seja considerada na medida em que se passe a julgar o homem em sua integridade (relação de uma unidade territorial de base);
- b) é esta relação que pode tomar a seu cargo o que não puder ser assumido, sem artifício, pela família e pela profissão.

II - Insuficiências dos ensaios de comunidade sob um

um só plano.

1 - Uma comunidade de trabalho está limitada à sua tarefa, em função de homem total;

a) por motivos humanos: o homem não deve correr o risco de perder o direito de suas relações pelo fato de se tornar incapaz de exercer seu emprêgo ou pelo fato de que êsse emprêgo cesse de existir;

b) por motivos econômicos: a causa essencial da convivência em comum.

A emprêsa despreza o resto. Por tôda a parte, as necessidades são tais que tomam totalmente o tempo, os meios e os fundos disponíveis. Seu desaparecimento radical e definitivo faria desaparecer praticamente tôda a comunidade. Tanto que uma euforia econômica não é considerada pela impossibilidade de dar a importância necessária às atividades extraprofissionais. Envolvida por sistemas capitalistas que ela adota, uma comunidade de trabalho tem pouca oportunidade de alcançar rapidamente um grande êxito econômico;

c) Federando-se várias comunidades de trabalho, atividades complementares, podem diminuir a desracionalização possível do homem e os efeitos das crises econômicas. Elas não podem evitar essa situação a não ser por um reagrupamento em um mesmo local, e, ao mesmo tempo, abandonando à comunidade territorial uma parte da tarefa a cargo do indivíduo.

2 - As cooperativas de consumo, os ensaios de

de comunidades de imóveis, etc., são insuficientes por definição:

- a) órgão de distribuição, considerando o homem como consumidor, uma cooperativa de consumo, mesmo que dê extensão às suas atividades, não pode corresponder à totalidade das exigências do indivíduo, do qual está separada pela relação primordial do econômico e pela fonte de toda a distribuição: a produção;
- b) comunidades de imóveis, de pesquisas e de aplicações pedagógicas, etc., são todas incapazes de considerarem o homem total.

3 - As federações verticais, isto é, agrupamento por atividades da mesma natureza, são sempre insuficientes:

- a) as comunidades de trabalho não podem viver se não federadas, mas uma federação, sob um só plano profissional torna-se rapidamente precária e vai acabar no corporativismo;
- b) uma federação de cooperativas de consumo, não exclusivamente distributivas, e uma federação de comunidades imóveis não exclusivamente locativas, não podem corresponder às necessidades do indivíduo que permanece subjugado às necessidades econômicas.

4 - Impossibilidade de alcançar uma reforma total, partindo somente de uma dessas direções.

A tomada de consciência dêsse limite implica em que só a cidade ocupando um território definido, pode reunir todas as atividades complementares, tomando no total o indivíduo sob todos os seus aspectos.

III - Reunir as tentativas comunitárias sobre uma unidade territorial de base.

- 1 - Todas as tentativas comunitárias devem ser

ser reunidas com o fim de considerar, envolver e desenvolver o indivíduo total:

- a) a unidade territorial de base é o degráu mínimo daquêles que consideram o indivíduo total; é maior degráu para aquêles que permanecem ao lado do homem em contacto direto com êle;
- b) como a comunidade do trabalho é a menor das células de expressão e de aplicação revolucionária econômica, a comunidade territorial de base é a menor das células de expressão de aplicação revolucionária política.

2 - A unidade territorial de base deve corresponder às necessidades do ritmo humano:

- a) ela será insuficiente se não puder corresponder favoravelmente senão as necessidades cotidianas do indivíduo (alojamento, alimentação, cuidado das crianças, etc.);
- b) ela deverá considerar o ritmo do indivíduo de hoje que é, antes de tudo, hebdomadário (vai ao barbeiro e ao cinema, aos sábados, à missa, ao futebol e ao passeio aos domingos, etc...). Os barbeiros fecham às segundas-feiras, as crianças são levadas, às sextas-feiras, ao médico ou ao dentista É no sábado que se compram as utilidades, etc.) por isso a comunidade deve reunir em seu território o farmacêutico, o barbeiro, as instalações sanitárias, os cultos, etc.

3 - A comunidade deve, também, ser mista, constituída de elementos complementares:

- a) não pode ser puramente residencial. Seu arcabouço deve ser constituído pelas em-

- empresas e relações econômicas cujo desenvolvimento, no seio desta unidade territorial de base, constitui uma peça essencial, submissa porém à comunidade;
- b) a comunidade não pode jamais ser puramente industrial ou puramente comercial ou puramente administrativa. Não há comunidade territorial possível dentro de limites compreendidos unicamente por grandes praças, edifícios públicos, bancos, serviços administrativos de grandes unidades, ruas de negócios menos importantes, escritórios comerciais. Um bloco de seis usinas, com atividades diversas não se compreende como comunidade territorial;
- c) a comunidade não pode ser puramente residencial. Seu esqueleto é constituído de ritmos humanos hebdomadários. Ela deve conter representantes de todas as classes sociais. Trata-se de partir das unidades existentes ou das que estão em embrião. Nem todas serão transformáveis, mas podemos aplicar em introduzir tal ou qual nova atividade para fazer nascer, na maioria dos casos, unidades efetivamente equilibradas.

#### IV - Limites da unidade territorial de base

1 - são naturais. Eles resultam:

- a) por um lado, da constituição física do local, como a do bairro, tal como define M. Berdet ("Economia e Humanismo", nº 31, pag. 280-91): "os bairros, uma vez demarcado um canal numa grande estrada, uma rua, um imóvel importante, uma gran-

grande praça, um desnivelamento, uma ponte, criam os limites naturais";

- b) por outro lado, da psicologia local, tal como a descreve e estudo M. Quoist ("I - dées et Fores", nº 2, Classes Sociais, Fronteiras Humanas).

2 - Há um limite de volume da população e um limite de extensão.

- a) A unidade deve permanecer ao lado do homem, e por constituir realmente o traço menor daquêles que consideram o indivíduo integral, sua população não deve atingir uma cifra que torne anônimas as relações humanas;
- b) ela deve, pois, permanecer ao serviço do homem e não se estender desmesuradamente: os serviços mais aperfeiçoados cujo excesso não é extremamente fácil não são utilizados; não se fará 2 km. para ir tomar um banho;
- c) há então uma certa consistência necessária para tornar homogênea e eficaz a vida da comunidade. Em certos casos os limites serão os de uma ilha de um setor ou de um quarteirão; fora disso será uma aglomeração, um logarejo ou uma vila; fora disto ainda será uma parte de ilhas somente. (estas linhas foram expressas, sobretudo, em função do meio urbano; sua transposição ao plano rural exigiria sem dúvida algumas modificações). Não parece que isto possa ser habitualmente o bairro dos urbanistas modernos que conta até com 8,000 habitantes. Esta unidade vale realmente, considerando-se o homem apenas um residencial; não o considera

considera como indivíduo total. É preciso tender a realizar o mais perfeito equilíbrio sôbre a unidade do menor tamanho possível. Quanto menor fôr a unidade equilibrada, mais eficaz e realizadora é a comunidade. Isto é um sinal de progresso e civilização.

#### V - Os equipamentos da Unidade Territorial

1 - A unidade deverá receber como património o que está individualmente na posse de particulares ou de grupos:

- a) se a liberação econômica do indivíduo necessita de meios de produção entre as mãos dos trabalhadores, a liberação política necessita de organizações e de meios que acompanham as instituições entre as mãos do indivíduo do local ou o indivíduo residencial;
- b) as instalações abandonadas pelas comunidades de trabalho ou as cooperativas desaparecidas com as reversões dos excedentes do ativo e as instalações das dissolvidas no local lhe devem ser outorgadas;
- c) as instalações de interêsse social úteis a unidade territorial de base devem pertencer-lhe: suas salas de reunião, sua casa de jovens, suas creches, suas instituições sanitárias, seus estabelecimentos escolares, sua igreja, etc. É necessário que se lhe devolvam as instalações e os bens possuídos indevidamente e que a comunidade compre os que outros possuam legitimamente. Uma empresa não tem que conservar aí senão um serviço social, uma creche ou uma cantina; um particular não possuirá mais que um estabelecimento de banhos ou uma escola

escola. É a unidade de base possuindo os seus meios de vida.

2 - Criar ou introduzir os elementos que faltam:

- a) não basta mandar à unidade de base o que aí existe. É preciso principalmente equilibrar as atividades completando o seu equipamento;
- b) é necessário criar os órgãos que faltam: aqui uma creche, ali um serviço de auxílio familiar, etc., supondo-se que uma equipe de técnicos complementares já fêz o levantamento e plano de todo o conjunto;
- c) é preciso introduzir neste ou naquele ponto o que ali falta e que possa estar colocado noutra parte onde sua utilidade isolada perde sua plena significação. Tal comunidade de trabalho, tal missão do bairro, tal ensaio pedagógico ali se agruparão;
- d) é preciso incrementar o espírito da unidade territorial de base e sua força consciente; o bom aproveitamento comum dos bens da comunidade, enfim o espírito comunitário que nascerá da vida comum, fruto da aplicação, da dedicação dos melhores.

3 - Ali se encontrará, finalmente:

- Comunidades de trabalho
- Cooperativas de consumo e agrupamento de negócios
- (a distribuição pode necessitar de certos bens sociais: caminhões, correio, etc.)
- Realizações pedagógicas e educação.
- Ninhos - jardins, creches, etc.

- Centro sanitário com divisões para conselhos de alimentação, farmácia, etc.
- Centro de lazeres, jogos, esportes, piscinas ou banhos, duchas, parques calçados, praças.
- Centro de habitações participando ativamente na urbanização do território, com esforços pela construção de habitações e sua redistribuição.
- Agrupamento de solidariedade, distribuição de socorros, etc.
- Centro cultural de assuntos sociais, salas de reunião, bibliotecas; casa de jovens, centro de expressões artísticas, etc.
- Agências necessárias, diariamente ou semanalmente (o correio, o barbeiro, etc.)
- Conselheiros acessíveis
- Locais de culto.

#### VI - Papel da Unidade Territorial de Base

1 - Localizar as necessidades humanas coletivas, fundamentais. A comunidade deverá ter em dia o estudo dessas necessidades e decidir, pela ordem de urgência em que deverão ser resolvidas. São urgentes aqui os problemas de habitação; ali os de ação sanitária, etc.

2 - Para solucionar é necessário:

- a) fazer uma distribuição do que existe, por exemplo: obrigar os habitantes de apartamentos insuficientemente habitados a ceder a outros as peças excedentes. Esta distribuição é possível, conhecendo-se as necessidades do conjunto. Graças à análise dos elementos particulares ficam conhecidos também os desequilíbrios da comunidade territorial. O desequilíbrio das habitações em uma mesma unidade per-

permite, raramente, por distribuição, alojar com eficiência todo mundo. Um apêlo leal às instâncias superiores amenizará a volta a um melhor equilíbrio pela simples aplicação dos princípios de justiça. Esta distribuição pode-se estender a numerosos domínios: alimentação em situações de miséria, auxílios social e familiar. É necessário proceder pelo sistema de transferência sem produzir choques, se possível;

b) estender a distribuição elementar das oportunidades do trabalho. Uma certa complementariedade de atividades num determinado local e uma formação profissional polivalente devem se coordenar sobre os efeitos das crises e do desemprego.

c) apelar para as coletividades superiores. Não sendo suficientes estas distribuições para garantirem uma segurança total é necessário realizar acordos intercomunitários entre unidades vizinhas.

3 - Representar, valorizadamente, seus interesses às instâncias superiores. A linha política não pode ser definida nas esferas superiores senão depois do conhecimento que se tiver das necessidades e dos recursos da base. Assim, pois, as unidades de base devem apresentar primeiro êsses elementos de informação e só depois disso farão valer direitos e defenderão interesses.

4 - Arbitrar os agrupamentos inferiores:

a) só a unidade territorial de base é que é capaz de exercer um contrato com conhecimento de causa sobre os agrupamentos inferiores. Essa qualidade territorial, deve, dentro de tal categoria, contratar o profissional. Só ela pode controlar e efetuar uma pressão sobre a orientação das fabricações ou evitar que as comunidades de

de trabalho percam o senso da evolução.

- b) por isso, a comunidade se prende às regras gerais da política observada nas esferas superiores onde se realiza o equilíbrio total.

5 - Manter a que corresponde a uma verdadeira necessidade humana, embora não produza renda própria.

## VII - Ação

1 - Criar uma equipe animadora de empreendimentos:

- a) Esta equipe não pode ser criada senão em volta do bem comum concreto da unidade territorial em vista. O fato de professar a mesma ideologia e a mesma vontade de se dedicar não bastam para tornar eficaz a equipe.
- b) a equipe será composta de pessoas de real valor técnico ou decididas a adquiri-lo, aplicadas à tarefa comum com a mesma consciência e as mesmas regularidades que à sua tarefa profissional.
- c) não deve procurar substituir os organismos e serviços existentes, mas, esforçar-se por fazê-los atingir sua plena eficiência em plano elevado.
- d) poderá, contudo, tomar o lugar dos organismos que fracassarem.

2 - Analisar é inventariar o local:

- a) determinar os limites;
- b) analisar metódicamente todos os elementos constitutivos; pesquisas sobre habitações, orçamento das famílias, equilíbrio fundamental da comunidade, etc.
- c) focalizar os faltosos, os elementos perigosos ou parasitas.

3 - Promover a constituição de um comitê de admi -

administração da comunidade.

Promover as categorias sociais, inferiores, se não representadas por seus chefes naturais. Esse comitê deverá ser assistido por técnicos e especialistas locais.

4 - Promover atos fundamentais do conselho administrativo

- a) reagrupar as forças e os organismos existentes;
- b) suscitar as forças indispensáveis e ainda inexistentes;
- c) informar, coordenar, fazer agir e substituir, sendo necessário;
- d) efetuar as distribuições imediatamente possível;
- e) atrair elementos exteriores à comunidade;
- f) elaborar, propor e fazer adotar os projetos a longo termo.

Assegurar a execução desses projetos;

- g) efetuar as primeiras ligações com as instâncias superiores em vista da criação de equipamentos que faltam e segundo o seu grau de urgência.